

## REPRESENTAÇÕES E COMBATES DISCURSIVOS: práticas da imprensa nas décadas finais do século XIX

*Bárbara Figueiredo Souto*  
Mestranda em História Social – USP

*Roger Aníbal Lambert da Silva*  
Mestrando em História Social - UFRJ

**RESUMO:** O jornal é uma valiosa fonte para os estudiosos de fins do século XIX, porém a sua utilização na produção do conhecimento histórico requer inúmeros cuidados metodológicos. Nosso objetivo neste artigo é discutir certas práticas da imprensa na construção de suas representações e seus discursos, ou seja, as estratégias das quais os jornais se utilizavam para legitimarem suas posições diante da opinião pública. Desse modo, almejamos instigar questões e compartilhar alguns procedimentos metodológicos que adquirimos através de leituras teórico-metodológicas e de nossa experiência de pesquisa. Para tanto, elegemos como foco de análise representações acerca das mulheres e alguns combates discursivos sobre o tema da “rebeldia dos escravos”, objetos de atenção constantes por parte da imprensa nas décadas finais do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, Imprensa, Discurso.

**ABSTRACT:** Journals are a valuable source for researchers of the late nineteenth century; however its use in production of historical knowledge requires several methodological cares. Our aim in this paper is to discuss certain practices of the press in building its representations and speeches, that is, the strategies which the journals used to legitimate their positions before the public. That way, we want to instigate questions and share some methodological procedures we acquired through theoretical and methodological readings and from our experience in research. To this end, we chose to focus on representations about women and some discursive battles about “slave defiance”, objects of constant attention from the press in the closing decades of the nineteenth century.

**KEY-WORDS:** Representation, Press, Discourse.

### Introdução

Nosso objetivo neste artigo é discutir algumas formas de atuação da imprensa nas décadas finais do século XIX. Para tanto, elegemos como foco de análise representações acerca das mulheres e alguns combates discursivos sobre o tema da “rebeldia dos escravos”. A escolha destas duas temáticas se deve ao fato de que tanto as mulheres

quanto os escravos foram objetos constantes de atenção por parte da imprensa. Almejamos chamar atenção para o fato de que o jornal é uma valiosa fonte para os estudiosos de fins do século XIX, desde que sejam tomados os devidos cuidados metodológicos.

Num primeiro momento, abordaremos a imprensa enquanto fonte para o historiador. A ideia é apresentar os desafios e relevâncias desse material impresso. No tópico seguinte, privilegiaremos a análise das representações que a imprensa de fins do século XIX construiu e veiculou sobre o sexo feminino. Em seguida, abordaremos alguns discursos acerca das fugas dos escravos, que também foram alvos privilegiados dos letrados da época. Por fim, esboçaremos uma metodologia de trabalho para com a imprensa de fins do século XIX, desenvolvida a partir de nossa experiência e leituras teóricas sobre o tema, as quais são frutos de pesquisas desenvolvidas durante os anos de graduação na Universidade Federal de Viçosa, enquanto bolsistas da FAPEMIG e CNPq,<sup>1</sup> e também dos trabalhos de início de mestrado na UFRJ e USP.

### **A Imprensa como fonte histórica: de receptáculos de informações a agente histórico**

A imprensa é uma fonte confiável? Os historiadores estão aptos a lidarem com os materiais impressos? Como utilizar a imprensa para produzir conhecimento histórico? Como ler os periódicos sem “comprar” as ideias veiculadas?

As perguntas são inúmeras e os desafios são enormes; por isso, trabalhar com a imprensa nunca foi tarefa simples. Esse material, que hoje se revela como uma importante fonte histórica para os pesquisadores, já passou por momentos de hipervalorização e descrédito. Entretanto, hoje os historiadores tentam escapar de tais polarizações, buscando métodos e realizando um minucioso trabalho de crítica do material impresso.

Ainda no século XIX, a imprensa foi utilizada enquanto material de trabalho pelos ditos positivistas. Essa vertente foi uma faca de dois gumes para o material impresso, pois deram visibilidade ao material, colocando-o como propagador dos fatos e da verdade. Entretanto, esse caráter incontestável dos jornais fez com que, num momento posterior, a imprensa ficasse em segundo plano (MOREL & BARROS, 2003: 8). Afinal, em fins da década de 1920, a Escola dos *Annales* propôs o rompimento com a história escrita com “H” maiúsculo; com o compromisso de narrar as grandes batalhas e seus heróis; com as

---

<sup>1</sup> Agradecemos a FAPEMIG e o CNPq pela concessão de bolsas de Iniciação Científica para a realização de pesquisas durante a graduação, bem como ao professor Jonas Marçal de Queiroz, cuja orientação foi fundamental para nossa formação enquanto pesquisadores, principalmente no desenvolvimento da experiência em utilizar jornais como fonte histórica.

biografias dos Grandes Homens. Essa nova vertente de estudiosos almejou uma história sócio-econômica, que colocasse como atores sociais as pessoas antes anônimas, que viviam seu cotidiano e construía sua história, mas sem deixar registros na História oficial. Além disso, a concepção de história sofreu um significativo deslocamento, ao questionar a ideia de verdade e objetividade no trabalho do historiador (BLOCH, 2001). Ao buscar esse novo enfoque, a imprensa não podia ser uma fonte apropriada, já que ela focava as questões políticas e oficiais.

Tornou-se recorrente escrever “História **da** imprensa”, mas não escrever “História **por meio da** imprensa”. Assim, os impressos só foram utilizados com credibilidade nos trabalhos de história após a terceira geração dos *Annales* e a mudança de concepção de documento proposta por Jacques Le Goff. Mesmo assim, lançar mão da imprensa como fonte para o conhecimento histórico gerou alguns equívocos nos procedimentos do historiador, tais como encarar os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionados, nos quais o pesquisador extraía da fonte o que ele quisesse confirmar, ou seja, a imprensa era utilizada como meio complementar de informações, quando outras fontes não supriam as necessidades do historiador (LUCA, 2006: 111-116).

Desse modo, a década de 1970 foi um momento importante para a produção do conhecimento nas ciências humanas. Essa época foi marcada por uma “reviravolta” na utilização de fontes, métodos e abordagens, que, dentre tantas inovações, valorizou o uso da imprensa enquanto fonte de estudos. A partir de então, inúmeros trabalhos foram produzidos, tendo como fonte materiais impressos de fins do século XIX e início do XX. Os temas abordados foram diversos: escravidão (QUEIROZ, 1995), negras forras (DIAS, 1984), imigração (PINTO, 1994), anarquistas (RAGO, 1985), imagens e humor (SALIBA, 2002).

A partir da renovação das abordagens culturais e políticas, a imprensa alcançou novo patamar, sendo considerada uma importante fonte de pesquisa “*e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’.*” (MOREL & BARROS, 2003: 8-9). Entretanto, a questão metodológica sobre imprensa continua aberta à reflexão e discussão. Por isso, vale enfatizarmos que esse artigo almeja justamente instigar questões e propor procedimentos metodológicos para a análise da imprensa de fins do século XIX, no Brasil.

A maioria dos jornais publicados nas últimas décadas do século XIX, apesar de às vezes reivindicarem ser órgãos neutros, estavam vinculados a algum partido ou facção política. No que diz respeito ao seu aspecto material, os jornais eram muito parecidos. De um modo geral, eles apresentavam quatro páginas, sendo estas ocupadas com diversas

seções, organizadas da seguinte forma: o editorial e demais artigos eram, em geral, publicados na primeira página; as seções “Gazetilha” e “Publicações a Pedido”, na segunda; e os anúncios e editais, nas duas últimas. A característica de cada seção era bem distinta. A seção “Editorial” revelava o ponto de vista dos redatores e proprietários do jornal, sendo nela tratados assuntos considerados os grandes temas do período, tais como o processo de emancipação da escravatura. A seção “Gazetilha”, por sua vez, não tinha um caráter opinativo tão evidente, sendo dedicada a veicular notícia sobre acontecimentos da localidade. Já a seção “Publicação a Pedido”, também intitulada em alguns jornais como “Seção Particular”, era o local para a participação dos leitores, que podiam fazer publicar artigos ou comunicados de seu interesse. Sendo assim, nesse espaço travavam-se diversas polêmicas e debates, dos quais muitas vezes diferentes jornais participavam, publicando neste espaço seus artigos, às vezes já transcritos de outros jornais.

Desse modo, apesar de em nossas pesquisas centrarmos nossas análises nas representações e nos discursos veiculados pelos jornais, isso não significa que desconsideramos os receptores deste discurso, pois os jornais mantinham um intenso diálogo entre si. Em outras palavras, concebemos que o autor e o leitor não devem ser pensados separadamente, pois era comum um artigo caracterizar-se como resposta a outro, ou seja, a leitura de discursos publicados em um jornal estimulava a produção de discursos em outro jornal.

### **Práticas de representações sobre/pelas mulheres**

Segundo Constância Lima Duarte, a imprensa teve papel fundamental na “formação de consciências” e como “testemunha” das mudanças ocorridas na vida das mulheres, de fins do século XIX (DUARTE, 1999: p.430). Mas como perceber, através da imprensa, a “formação de consciências”? Será que a imprensa era capaz de “formar consciências”? Ou seria mais coerente falarmos em construção de “representações”?

Nesse tópico, lançaremos mão tanto de jornais escritos por homens e voltados para um público majoritariamente masculino, quanto os produzidos por mulheres, direcionados a um público predominantemente feminino, com o intuito de refletir sobre como as “representações” veiculadas na imprensa de fins do século XIX geravam uma rede de discussões e construções de idéias, que podem revelar aos estudiosos algumas concepções recorrentes naquela sociedade.

Para melhor compreender o conteúdo das fontes analisadas em nosso trabalho e as discussões travadas entre os sujeitos de nossa pesquisa, achamos por bem traçar uma breve trajetória de vida dos personagens femininos mais freqüentes em nossa análise.

Para a produção desse trabalho, analisamos cinco órgãos da imprensa da segunda metade do século XIX. São eles: *A Província de São Paulo (SP)*, *A Província de Minas (MG)*, *O Sexo Feminino (MG/RJ)*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (RJ)* e *Colombo (MG)*. No jornal *A Província de Minas* e no último periódico, semanário republicano da cidade de Campanha, não houve contribuição feminina significativa. Há apenas a transcrição de um artigo de Amelia C. da Silva Couto, que tinha sido publicado em um jornal do Rio de Janeiro. Essa mulher era proprietária do jornal *Eco das Damas*, que circulou durante oito anos na capital do país, levando conhecimentos práticos e obras literárias a respeito dos direitos e das aptidões femininas (MATOS & ALVES, 2003/2004: 152; COUTO, s.d.).

No periódico republicano *A Província de São Paulo*, que era um órgão da imprensa cujas produções eram majoritariamente masculinas, notamos a presença de quatro mulheres que publicaram artigos que trataram, em geral, da situação da mulher brasileira em fins do século XIX e de suas respectivas funções naquela sociedade.

Esse periódico foi criado com a proposta de ser um jornal do grupo republicano e financiado pelo mesmo, mas que devia ser imparcial e seguir a conduta de não-comprometimento. Essa idéia foi cogitada na Convenção de Itu, quando republicanos das diversas regiões de São Paulo reuniram-se pela primeira vez para a concretização de um partido político. Nesse momento a idéia não foi acolhida. Porém, na segunda reunião de 1874, a idéia de um órgão de imprensa republicano ficou mais sólida. Na época, cogitaram a compra do *Diário de São Paulo* ou do *Correio Paulistano*, mas devido a impasses na negociação Américo Campos e Campos Salles reuniram-se com acionistas para impulsionar a criação do almejado impresso republicano. Os acionistas constituíam-se majoritariamente por fazendeiros ou profissionais liberais, o que representava o grupo da recente área produtora de café. Esse grupo começava a se consolidar como “o maior e mais eficiente” na oposição ao *status quo* imperial (SCHWARCZ, 2001: 72-76).

A primeira publicação feminina, que encontramos no *A Província de São Paulo* ocorreu no dia 23 de janeiro de 1876, de Damiana Pestana, cujo artigo possuía por título “A educação da mulher”. Ela juntamente com seu marido Rangel Pestana eram proprietários de um colégio para meninas fundado na década de 1870, na capital paulista. De acordo com E. Jordão, em artigo publicado no jornal republicano, o colégio dos Pestana satisfazia com

---

eficácia as necessidades da mulher “*cujos pólos de existência são – o lar e o amor – uma estrada longa e ampla, que vae ter ao jardim real da cultura das sciencias e artes*” (JORDÃO, 21/05/1876: 1). Francisco Rangel Pestana foi um homem de carreira importante naquele período. Ele formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo; foi advogado, professor e jornalista; assumiu cargos públicos como o de Vice-Presidente do Banco da República, o de redator do *Diário Oficial* e o de Presidente do Banco do Brasil; e entre os anos de 1844 e 1903 exerceu mandados de Deputado Provincial, Senador e Deputado Federal (BRASIL, sd.).

Gostaríamos de enfatizar que Damiana Pestana ocupava um patamar privilegiado na sociedade, pois, segundo June Hahner, naquela época apenas quem tinha benefícios por nascimento ou posição social tinha acesso a educação (HAHNER, 1981: 32-33). Em se tratando de um indivíduo do sexo feminino, tal privilégio era ainda maior, pois o índice de analfabetismo feminino era visivelmente maior. Veja os índices:

De acordo com o censo de 1872, o Brasil tinha uma população total de 10.112.061 habitantes. Mas apenas 1.012.097 homens livres 550.981 mulheres livres e 958 escravos e 445 escravas sabiam ler e escrever. Em 1873, o império possuía apenas 5.077 escolas primárias, públicas e particulares. Essas escolas tinham um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas (BARBOSA *apud* HAHNER, 1981: 32-33).

Além do acesso às letras, Damiana possuía uma educação e uma visibilidade social distinta da maioria de suas conterrâneas, por ser proprietária de uma escola. Pois como pode ser observado nos dados mencionados, as escolas ainda eram bem escassas. Para reforçar as habilidades intelectuais de Damiana Pestana, mencionamos sua contribuição no *Almanak Litterario de São Paulo*, que se tratava de um dos mais importantes meios de difusão de informação no período (FERREIRA, 2006: 5). Podemos observar que esse impresso organizado por Lisboa era uma coletânea de caráter intelectual e cultural, por isso a colaboração de Damiana Pestana deve ser ressaltada, já que cerca de duzentas pessoas escreveram no *Almanak* entre 1876 e 1885 e apenas seis eram mulheres (FERREIRA, 2006: 5).

No *A Provincia de São Paulo* de 27 de janeiro de 1876, nos deparamos com o primeiro artigo de Palmyra Cerqueira Leite. Ela se declarou “insuficiente”, ou seja, não possuir instrução adequada, ser pobre intelectualmente e temer seus “rudes pensamentos” (LEITE, 27/01/1876: 1). Apesar de tal afirmação, Palmyra Leite estudou na Inglaterra, adquirindo formação em música, em línguas e na área científica. A estudante era uma

admiradora das estrelas, fato observado em suas cartas trocadas com o astrônomo Camille Flammarion. Além disso, a autora do artigo se associou ao casal George Whitehill Chamberlain e Mary Annesley Chamberlain, tornando-se uma das fundadoras e primeira a lecionar história, na Escola Americana de São Paulo, que posteriormente transformou-se em Universidade Mackenzie (ZARUR, s.d.). Portanto, a exemplo de Damiana Pestana, Palmyra também era uma mulher com admiráveis dotes intelectuais, mas que se mostrou acanhada ao apresentar suas idéias no *A Província de São Paulo*, provavelmente pelo fato de ser mulher e compartilhar um espaço que era majoritariamente masculino.

Nossa terceira mulher é Maria Amália Vaz de Carvalho, que, apesar de a naturalidade portuguesa, contribuiu na imprensa brasileira, publicando no *Diário Popular*, no *Jornal do Comércio* (CARVALHO, s.d.) e no *A Província de São Paulo*. Consta na *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* que Maria Vaz de Carvalho possuía descendência de avós privilegiados nas letras e nas armas. Ainda de acordo com tal referência, a portuguesa publicou seu primeiro romance poético, intitulado *Uma Primavera de Mulher*, no ano de 1867. Este romance foi apenas o início de uma vida de intensa produção literária, afinal, Maria Vaz foi responsável por mais de vinte produções literárias, das quais apenas uma teve a contribuição de seu marido, o poeta Gonçalves Crespo (CARVALHO, s.d.). O poeta, com quem se casou aos 27 anos, era carioca, de descendência negra e naturalizado português. A escritora manteve por cinquenta anos, um salão literário em Lisboa, que foi freqüentado por intelectuais como Eça, Camilo e Ramalho Ortigão (BELLINE, 1999: 44).

No dia 27 de setembro de 1889, o jornal *Gazeta de Mogy-mirim* publicou um artigo, posteriormente transcrito pelo *A Província de São Paulo*, com o título de “Senhoras eleitoras”. Este artigo era de autoria de Anna Izabel da Costa Ferreira, que se declarou brasileira, professora pública, residente em Mogi-Mirim, com idade de 34 anos e filha de José Egydio da Costa Ferreira. Não encontramos maiores informações sobre sua trajetória de vida, mas acreditamos ter sido essa mulher uma pessoa bem instruída e atenta às discussões políticas de sua sociedade. Na publicação, Anna Izabel Ferreira questiona o artigo 2º da Constituição Imperial de 1881, que estabelece o sufrágio universal. Anna Ferreira argumentou que as mulheres estavam inseridas na categoria “cidadãos”, presente na legislação. A professora foi ousada ao propor tal questionamento e, principalmente, por colocá-lo em discussão. Isso demonstrou sua peculiaridade frente às demais mulheres de seu tempo, que estavam preocupadas em discutir questões muito distantes da política e dos direitos das mulheres.

---

Passemos agora a analisar as mulheres que colaboraram nos jornais femininos *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. *O Sexo Feminino* foi fundado no dia 7 de setembro de 1873, na Cidade da Campanha (MG), por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. O periódico foi publicado em Campanha por exatamente um ano, até o dia 7 de setembro de 1874. Nessa época, a redatora e proprietária Francisca Diniz mudou-se para a capital federal, onde continuou a publicar seu periódico a partir de 22 de julho de 1875. O periódico foi publicado até o dia 22 de abril de 1876 sem grandes problemas quanto aos recursos financeiros e quanto à periodicidade. Mas nesse ano de 1876, encontramos um aviso de que a redatora e toda a família estavam com febre amarela e por isso se retiraram da corte, por esse motivo, o jornal deixaria de ser semanal e passaria a ser mensal. Porém, o aviso não foi cumprido. A publicação do jornal só retornou no dia 2 de junho de 1889. A partir do dia 15 de dezembro de 1889, o jornal de Francisca Diniz passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, o qual circula até 6 de dezembro de 1890.<sup>2</sup>

No primeiro ano do jornal de Francisca Diniz, quando o mesmo ainda era publicado na cidade da Campanha da Princesa, Albertina Diniz, Amelia Diniz, Ernestina Fagundes Varella, Candida A. dos Santos, Narciza Amalia, Laura Eulina G., Luiza E. Pereira, Majoles, Anna Ely, Maria Leonilda Carneiro de Mendonça, I. de B. Leite e Ignez Flavia d’Aguilar Mourão foram as mulheres que assinaram os artigos, poesias e charadas publicadas no *Sexo Feminino*. Em 1874, quando o jornal começou a ser impresso no Rio de Janeiro, foram Narciza Amalia, Marcolina Higgins, Z., Maria Deraisme, “Por uma Brasileira”,<sup>3</sup> B. da V da B., Maria Candida M. de Vasconcellos, Maria Joaquina de Mesquita e Rocha, Leopoldina de J. Paes Mamede, Anna Maria Ribeiro de Sá, Marianna C. de Arantes, S. Q., A. Marques e Maria Peregrina de Souza, que assinaram todo o conteúdo divulgado naquele periódico. Ainda sob o título de *O Sexo Feminino*, no ano III do impresso de Senhorinha Diniz, foram Elisa Diniz Machado Coelho, Palmyra de Abreu, G.D., Antonio José, M.V., Eulalia Diniz, S.Q., Josefa Esteves de G. Del Canto e Narcisa Amália, que assinaram o conteúdo publicado. Finalmente, quando o jornal passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, foram os nomes de Elisa Diniz Machado Coelho, F.S. Moreira, Lopes

---

<sup>2</sup> Cecília Vieira do Nascimento e Bernardo J. Oliveira afirmam que *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* durou até o ano de 1893. Ver: (NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2007: 432). Em contrapartida, Fernanda Alina Almeida possui dados semelhantes ao de nossa pesquisa, afirmando que a duração do *Quinze de Novembro* foi até o ano de 1890. Ver: (ANDRADE, 2006: 37).

<sup>3</sup> Sugerimos que essa assinatura seja de Dionísia Pinto Lisboa (Nísia Floresta), uma das brasileiras precursoras na defesa dos direitos femininos, principalmente no que se refere à educação. Nísia Floresta nasceu em 1809 ou 1810, no Rio Grande do Norte e faleceu em 1885, no Rio de Janeiro. Nossa hipótese baseia-se no fato de que os estudiosos da autora apontam que dentre os pseudônimos utilizados por Dionísia havia um que era *Une Brésilienne*. Ver a introdução escrita por Peggy Sharpe-Valadares na obra (FLORESTA, 1989: 7).



---

Sabino Pinho Maia, Plácido D'Abreu, Raphaelina Gomes Marcondes, Elisa Augusta de Villeróz<sup>4</sup>, Maria Clara Vilhena da Cunha, Julia Lopes e Narcisa Amália, que apareceram nos impressos.

No momento, não será possível tratarmos especificamente de cada uma dessas mulheres. Entretanto, vale apresentar a proprietária e redatora do *Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Ela era natural de São João del-Rei, com filiação de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos (BLAKE, 2006: 21). Francisca Motta foi casada com o advogado e jornalista José Joaquim da Silva Diniz, também proprietário de um jornal circulado na Cidade da Campanha intitulado *O Monarchista* (NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2007: 434), que inclusive era o local onde era impresso *O Sexo Feminino*.<sup>5</sup> Durante sua estadia em Campanha, a redatora lecionou na Escola Normal (NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2007: 431) e quando mudou-se para o Rio de Janeiro fundou o Collegio Santa Isabel e a Escola Doméstica, em parceria com suas filhas Amélia Diniz, Eulália Diniz e Elisa Machado Coelho (DINIZ, 06/12/1890: 3). Além de optarem pelo magistério, Elisa Machado foi folhetinista do periódico, escrevendo o romance *A Diva Isabela* e Albertina Diniz foi responsável pelas traduções dos artigos em língua francesa, deu aulas de piano e foi co-autora do romance de Francisca Diniz, *A Judia Rachel*.

Após conhecermos um pouco das mulheres e dos jornais analisados nesta pesquisa, convidamos o leitor a retomarmos as questões propostas no início deste tópico. Para tanto, vale utilizar o conceito de “representação” trabalhado pelo historiador francês Roger Chartier.

Segundo Roger Chartier, as representações se constituem em uma área de formulações mentais e de atitudes baseadas nas vivências dos grupos que as forjam na sociedade. De acordo com o autor, embora as representações do mundo social almejem constatações fundamentadas na razão, elas são determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, ou seja, são discursos muito distantes da neutralidade. Desta maneira, as representações produzem práticas e estratégicas, no intuito de legitimar um projeto reformador, em detrimento de outrem (CHARTIER, 1990: 17). Assim, as representações nos oferecem muito sobre a visão que alguns agentes, em determinado momento histórico, constroem sobre si mesmos, sobre os grupos com os quais dialogam e sobre a sociedade em que vivem.

---

<sup>4</sup> Segundo Peggy Sharpe-Valadares, uma das dificuldades de reconhecer toda a contribuição de Nísia Floresta na imprensa era justamente por ela lançar mão de vários pseudônimos e principalmente, por utilizar **três asteriscos** como assinatura, ou mesmo não assinar suas produções (FLORESTA, 1989: 21).

<sup>5</sup> Francisca Diniz trocou de tipografia apenas quando se mudou para o Rio de Janeiro.

Observe as representações formuladas no seguinte trecho:

Incontestavelmente é tristissimo o papel da mulher brasileira, quando se entrega ao cultivo das letras; ella é olhada com certa desconfiança; fallam de suas produções com ironia; fazem pouco de seu pensar, zombam das suas mais innocentes palavras; julgam-na incapaz até de por algum momento ter um pensamento serio, e, o que é peor, seu proprio esposo muitas vezes julga-a sem capacidade para confiar-lhe qualquer de seu s negocios, de cujos resultados máus ou bons dependem a sua felicidade e a de seus filhos! (...)

Os homens não querem dar ao trabalho de discutir com ella os negocios de importancia, porque consideram-na insufficiente e arreçam-se de receber em resposta essas futilidades que por ahi abundam.

(...)

Mas tudo isto, digamos com franqueza, é resultado da nossa educação; não depende certamente do organismo da mulher. (...) (D.P., 23/01/1876: 1-2).

Nessa parte do artigo publicado por D.P.,<sup>6</sup> percebemos a construção de duas representações femininas. A primeira refere-se à representação que os homens construíam sobre as mulheres, na qual o sexo feminino era por “natureza” inferior intelectualmente, por isso devia se limitar às atividades domésticas, deixando para o sexo masculino as produções literárias e os negócios da família. A segunda representação se apresentou enquanto resistência, ao argumentar que a ignorância da mulher em relação aos negócios da família, e talvez a qualidade inferior de suas produções literárias, não eram frutos de uma “natureza feminina”, mas resultado da falta de instrução.

Quatro dias após a circulação do artigo de D.P, uma leitora do jornal *A Província de São Paulo* também tem seus escritos publicado, discorrendo sobre o mesmo tema: a educação da mulher.

O titulo de um dos artigos da conceituada folha – A Província de São Paulo – de 16 do corrente, attraheu-me a atenção, e sofregamente devorei com os olhos as linhas que o compunham, e então senti meu coração pulsar de jubilo. (...)

Como mulher, e brasileira que sou, seria impossivel calar os impulsos do coração ao vêr o importante assumpto que uma delicada e instruída penna soube traçar debaixo da pressão de uns rozeos e mimosos dedos de mulher.

Ha alguns dias que pensei em escrever sobre a nobre missão e deveres da mãe de família; mas falleceram-me as forças, porque temi a minha insufficiencia e o azorrage da sociedade.

Vejo, porém, que houve duas senhoras instruídas, que tiveram o mesmo pensamento, e animada com isto, recobrei forças, recebendo como uma lição a sua coragem.

---

<sup>6</sup> Sugerimos ser Damiana Pestana, mulher de Rangel Pestana – um dos proprietários do jornal *A Província de São Paulo* –, os quais eram donos de um colégio para moças em São Paulo.

Em presença de um assumpto tão attrahente, esqueço inteiramente a minha pobreza intellectual, e como a viúva do Evangelho, venho depositar na arca santa da pátria um pequeno testemunho da minha sympathia. (...) Sinto-me por demais acanhada; mas, ainda assim, entendo que devo pedir permissão e expor os meus rudes pensamentos. (...) O que falta, pois, á mulher para ser util? Educação e illustração.(...) (LEITE, 27/01/1876: 1) [grifos nossos].

O leitor pode perceber que Palmyra Leite, apesar de levantar a mesma bandeira que D.P. sentiu-se mais inibida ao expor suas concepções. A partir desse trecho eu questiono: Por que uma mulher culta como Palmyra Leite, se sentia tão “acanhada” em expor suas idéias na imprensa? Ela precisava “pedir permissão” para escrever o que pensava? Os seus pensamentos eram mesmo “rudes”? Tanta discrição era receio de publicar numa “conceituada folha”? Ou seria fruto de representações construídas sobre as mulheres, como mostrou D.P., e assimiladas?

Infelizmente, não podemos decifrar o que se passava de fato na mente de Palmyra Leite, ao escrever tal artigo, com tanto receio. Entretanto, nossas perguntas e análises podem revelar algumas interpretações. Apenas levando em conta esses dois trechos de artigos, percebemos que circulavam representações de acordo com o gênero. Além disso, notamos que algumas mulheres contestavam as representações veementemente e outras, mesmo contestando, acabavam por assimilar parcela de tal discurso. Observamos também, que a sociedade zombava das mulheres que se aventuravam a escrever na imprensa, que era um veículo majoritariamente masculino. Talvez o que esses pequenos trechos nos legam de mais interessante, seja o fato de que a imprensa era um meio importante de construção de idéias, de representações e de resistência. Vale lembrar que se D.P. não tivesse publicado seu artigo, Palmyra Leite poderia nunca se encorajar para expor suas idéias. Além disso, esses artigos mostraram que as mulheres, cada uma à sua maneira, contestaram concepções vigentes e assinaram seus nomes, dando visibilidade à causa feminina e rompendo a clausura do âmbito privado.

Esses são apenas breves exemplos das representações femininas que homens e mulheres veicularam na imprensa em fins do século XIX. Num trabalho mais amplo, observamos que determinados grupos ou indivíduos formulavam representações sobre as mulheres, de acordo com suas concepções e interesses. Porém, vale ressaltar que em nenhum grupo – seja político, religioso, de um órgão da imprensa ou de acordo com o sexo – possuíam caráter homogêneo. Por exemplo, alguns homens defenderam as capacidades intelectuais das mulheres e sua participação na esfera pública, outros repudiavam

completamente seus dotes intelectuais e o rompimento da esfera do lar. No caso das mulheres o mesmo ocorria, havia mulheres que possuíam visível militância em seus escritos e outras que eram indiferentes (e até mesmo repudiavam) as idéias emancipadoras e a ampliação das atividades femininas (SOUTO, 2009: 62).

Portanto, analisar “representações” em materiais cujo objetivo é transmitir informações – mas também concepções de mundo – é um trabalho fundamental, porém, ao mesmo tempo, delicado. As representações são importantes, pois através das mesmas podemos perceber idéias compartilhadas por determinados grupos. Tais concepções, ao circularem pela imprensa, podem construir o imaginário de uma época, mas também gerar resistências, e conseqüentemente, a formulação de novas representações. Portanto, para o pesquisador perceber o jogo de representações, através da imprensa, é preciso realizar leituras minuciosas de certa rede de periódicos. Ressaltamos a importância de analisar mais de um jornal para percebermos o jogo de representações construídas, que de forma alguma é neutra e amena, já que envolve interesse de diversos grupos; além de nos afastarmos do perigo de assimilarmos as concepções de determinado periódico, julgando-as “verdadeiras” ou tomando-as como homogêneas do período estudado.

Talvez, o maior desafio de se trabalhar as representações seja a dificuldade de encontrarmos representações homogêneas, ou seja, mesmo dentro de um grupo – gênero, classe social, periódico – encontramos formulações mentais variadas. Entretanto, é possível mapear blocos de representações que se comunicam ou se opõem, revelando as concepções e interesses de cada grupo. Desta forma, o conceito de “representações” pode ser um aliado do historiador que almeja trabalhar com a imprensa, já que ele pode desvendar idéias, jogos de poder, contestação e muito debate.

### **Combates discursivos sobre a “rebeldia dos escravos”**

A imprensa, no século XIX, era um espaço privilegiado para a realização de discussões, bem como para tomadas de posição frente às questões consideradas as mais importantes do momento. Sendo assim, consideramos que os jornais “requerem um extremo cuidado ao serem compulsados”. Referimo-nos aos “procedimentos básicos que o pesquisador deve adotar para melhor aproveitar as qualidades do material que dispõe”, dentre os quais destacamos a importância de conhecer a posição política do jornal e de confrontar conteúdos de dois ou mais jornais, principalmente entre aqueles vinculados a partidos diferentes (QUEIROZ, 1995: 10).

Tendo isso em vista, o conceito de dialogicidade, desenvolvido por Mikhail Bakhtin, pode ser um referencial metodológico muito rico para aqueles que trabalham com a imprensa. De acordo com este autor, o discurso não se contrapõe apenas ao seu objeto. Existem entre ambos, discursos de outrem, ou seja, discursos “alheios” sobre o mesmo objeto e sobre o mesmo tema. Assim, orientado para o seu objeto, o discurso penetra num “meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações”, entrelaçando-se com eles em “interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros”. Enunciado num dado momento social e histórico, “o discurso não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social” (BAKHTIN, 1998: 86).

Nesse sentido, faremos referência a partir de agora a discursos veiculados em dois jornais publicados na segunda metade do século XIX - o *Jornal do Commercio* e *A Província de São Paulo* -, a fim de que possamos demonstrar a importância de tal fundamentação metodológica ao se trabalhar com a imprensa.

No dia 15 de dezembro de 1887, o *Jornal do Commercio* publicou, na seção intitulada “Publicação a Pedidos”, o editorial do jornal *Novidades*, no qual se diz que

A província de S. Paulo, pelo órgão de seus chefes políticos, o Sr. Antonio Prado á frente, entende que estava em condições de se poder adiantar mais que as suas irmãs em relação á questão servil; e (...) quando se achava nas vespersas da grande e decisiva reunião a effectuar-se no dia 15, é tomada de surpresa diante de grande numero de escravos, que abandonão o trabalho e fogem armados em massa, tentando até assassinar os senhores (SUBLEVAÇÃO de escravos, 15/12/1887: 4).

O redator do artigo sugeriu que era preciso “*ver nisso a intervenção dos abolicionistas enragés que querem tudo por qualquer meio e não se importão com ensangüentar o paiz*”, mas que “*não ha da parte do governo nem hesitação, nem frouxidão em garantir a ordem*”, o qual, “*apesar da gritaria que os anarchistas levantão, (...) fez logo mover-se a força necessária para conter a sublevação e o governo geral já enviou o reforço que julgou conveniente para que não continue o tripudio infame que a propaganda assanha e incita*” (SUBLEVAÇÃO de escravos, 15/12/1887: 4).

---

Ainda no mesmo editorial, o redator transcreveu um artigo do *Correio Paulistano*,<sup>7</sup> “que não póde ser suspeito”, no intuito de deixar claro “o modo de pensar dos cidadãos ordeiros da provincia em face da sublevação dos escravos, promovida pelo rancho dos abolicionistas sem criterio e sem moralidade” (SUBLEVAÇÃO de escravos, 15/12/1887: 4). Tal artigo argumentava que

(...) O que devemos lamentar é que os anarchistas e especuladores, insuflando os escravos ao abandono das fazendas e á insurreição, estejam perturbando a solução pacifica do temeroso problema da substituição do trabalho, e obriguem o governo ao emprego da força publica para manter a ordem e a tranqüilidade publica.

O honrado presidente da província, energico como é, saberá manter a dignidade do cargo que exerce não dando trégoas aos promotores da anarchia, sobre os quaes deve cair todo o rigor da lei.

Neste empenho, acreditamos que a autoridade será auxiliada por todos os cidadãos ordeiros, sem distincção de partido (SUBLEVAÇÃO de escravos, 15/12/1887: 4).

O que gostaríamos de ressaltar é que o redator do editorial não se limitou a tratar das supostas fugas dos escravos, mas através dela aproveitou para criticar os abolicionistas e elogiar a intervenção do governo no sentido de manter a ordem pública. Nesse sentido, percebemos que a questão parece não envolver apenas um conflito entre senhores e escravos, como querem alguns autores,<sup>8</sup> mas sim disputas entre diferentes personagens e diversos interesses. Além disso, é interessante observarmos que este artigo é do jornal *Correio Paulistano*, o qual foi transcrito pelo jornal *Novidades* e publicado, por sua vez, na seção “Publicação a Pedidos” do *Jornal do Commercio*. Consideramos importante atentarmos para este fato, pois, a nosso ver, havia certa prática da imprensa na construção de seus discursos. Referimo-nos a uma articulação que parecia haver entre certos jornais, a qual consistia em apropriações de discursos de alguns periódicos por outros, realizando muitas vezes transcrições, seja para criticar alguma medida tomada pelos seus adversários ou para legitimar sua própria posição.

No mesmo dia em que foi publicado aquele editorial do jornal *Novidades* na “Publicação a Pedido” do *Jornal do Commercio*, na seção de “Telegrammas” do mesmo

---

<sup>7</sup> O ideário político do *Correio Paulistano* se modificou diversas vezes, de acordo com os interesses de seus proprietários no momento. Apenas a partir de 1882 - quando adquirido por Antonio Prado, líder da União Conservadora, facção constituída principalmente por fazendeiros de café - o jornal manteve uma vinculação política mais estável, passando a fazer, como órgão do partido conservador, oposição aos liberais. A respeito das oscilações políticas do jornal, ver (SCHWARCZ, 2001: 65-72).

<sup>8</sup> Célia Marinho de Azevedo, por exemplo, conferiu destaque a luta de classes e a ação dos escravos no processo de abolição da escravidão (AZEVEDO, 1987: 151-155).

---

jornal informou-se *“haver muitos escravos fugidos do interior, da fazenda do Sr. Gavião Peixoto, em Capivary”*. Logo após este telegrama, que se encerra afirmando que a *“reunião da Sociedade de libertação promete ser muito concorrida”* (S. PAULO, 15/12/1887: 2), na seção “Gazetilha” do mesmo jornal, deu-se a notícia de que o Dr. chefe de polícia havia regressado de Itú, *“com a força que o acompanhára”*, após tomar *“algumas providencias para evitar a perturbação da ordem publica...”* (PROVINCIA de S. Paulo, 15/12/1887: 2).

Desse modo, é possível observar que havia certa interligação, em uma mesma edição do jornal, de conteúdos de diferentes seções, de modo a se complementar, reforçando o seu discurso e legitimando as medidas que se pretendiam que fossem tomadas.

Entretanto, já chamamos a atenção para o fato de que os discursos veiculados pelos jornais não se referem apenas ao seu objeto, mas se contrapõe também a outros discursos. Sendo assim, é interessante observarmos o que outro jornal tem a dizer acerca do tema da fuga de escravos.

O jornal *A Provincia de São Paulo*, no dia 13 de dezembro de 1887, publicou um editorial no qual afirmou que *“ante-hontem á noite houve reboliço de forças nesta cidade e hontem soube-se que o sr. chefe de policia tinha partido em trem expresso para os lados de Ytú”*. Ao chegar ao local, *“chegou-se a conhecer a verdade: mais alguns escravos de Ytú e muitos do sr. Serra Negra haviam sahido das fasendas e procuravam uns a linha ferrea e outros tomavam rumos diversos...”* (LEVAM mau rumo, 13/12/1887: 1).

Simultaneamente a isso, teria chegado a *“noticia de um levante de escravos em Indaiatuba, o que não tinha character grave, porque ao chegar o chefe de policia a essa localidade, tudo estava socegado e a ordem publica não corria perigo”* (LEVAM mau rumo, 13/12/1887: 1).

Segundo o redator, o centro de toda a agitação estava em Ytú, o que se explicaria devido ao fato de que *“o sr. conde de Parnahyba que, fóra dos conselhos do sr. Antonio Prado, tendo medido as difficuldades da lucta eleitoral, queria readquirir o seu antigo prestigio”*. O redator chama a atenção ainda para o fato de que *“tudo isso coincidiu com a noticia do levante em Indaiatuba e com a ida do sr. chefe de policia a essa villa para ter o prazer de verificar como os statu-liber se accomodam com os bons conselhos”* (LEVAM mau rumo, 13/12/1887: 1).

O redator, no entanto, não se limita a fazer estas afirmações, dizendo ainda que *“espera-se que em Ytú comecem as violencias contra republicanos e abolicionistas”*, e completa afirmando que *“não está mau o modo de actuar do alter ego do sr. senador A.*

---

*Prado!*”, e que “*hãõ de tirar bons resultados das medidas violentas...*” (LEVAM máu rumo, 13/12/1887: 1).<sup>9</sup>

Duas semanas antes da publicação deste editorial, encontramos, no jornal *A Província de São Paulo*, na “Secção Livre”, um artigo publicado por “Um lavrador”, no qual se afirmou que “*nos municipios de Ytú e Capivary todos os dias dão-se aos centos evasões de escravos de quasi todas as fazendas.*” (A FUGA de escravos e o governo, 30/11/1887: 2).

Mas além de se referir a estas evasões, o artigo chama a atenção para o fato de que “*os pobres lavradores, (...) vêm suas fazendas inteiramente abandonadas, e (...) nem ao menos têm para quem appellar, porque foram abandonados pelo proprio governo!*”. Desse modo, “*os chefes conservadores, aferrados às suas opiniões pela mais condemnavel imprevidencia, acceleráram e avolumáram a onda da abolição...*” (A FUGA de escravos e o governo, 30/11/1887: 2).

No artigo encontramos ainda a explicação de que as evasões se dão, dentre outros motivos, porque

o governo mandou dizer pelo seu órgão – o *Correio Paulistano* – que no primeiro encontro da força de linha com os escravos de Capivary, elle *não mandou pegar negros fugidos, mas os criminosos, que desobedeceram a força publica (...) de Ytú*, o que quer dizer – *eu não me envolverei com aquelles que pacificamente forem em busca da liberdade*. Ora, assim sendo, qual será o escravo que deixar-se-á ficar em captivo contando com a passiva protecção do governo? (A FUGA de escravos e o governo, 30/11/1887: 2).

Em relação a esta busca pacífica da liberdade, o mesmo jornal publicou um editorial, no dia 6 de dezembro de 1887, em que questionou a prisão, em Jacarehy, de cidadãos acusados de “*desvio de escravos do poder de seus proprietarios*”. De acordo com o redator não se pode permitir “*esse exagero em perseguir acoutadores de escravos fugidos, formulando-se processos que em rigor de direito cáem por falta de provas...*”, pois “*trata da tirada de negros que ninguem provou serem escravos, que ninguem provou ter direito sobre elles, que ninguem provou fossem tirados á força ou que outra qualquer violencia tivesse sido praticada para leval-os*” (OS ABOLICIONISTAS e Jacarehy, 06/12/1887: 1).

---

<sup>9</sup> O jornal *A Província de São Paulo*, criado e financiado por republicanos, alegou durante muito tempo não-comprometimento político, assumindo sua postura oficialmente republicana apenas a partir de 1884 (SCHWARCZ, 2001: 65-72). A menção a Antonio Prado - que como citamos anteriormente, era líder da União Conservadora e proprietário do *Correio Paulistano* - é uma demonstração, como enfatizaremos mais a frente, de como a imprensa era um espaço no qual se travavam diversas disputas políticas em torno da questão das fugas dos escravos, sendo importante levar isso em consideração na análise do teor dos discursos nela veiculados.



Portanto, percebemos que os discursos veiculados pelo jornal *A Província de São Paulo* apresentam diferenças significativas em relação àqueles do *Jornal do Commercio*, procurando chamar a atenção para questões como: o fato de a luta eleitoral coincidir com a notícia do levante de escravos, o abandono do governo, o caráter pacífico das fugas etc. Não queremos com isso sugerir, obviamente, que as informações do primeiro jornal são mais verdadeiras que as do segundo, tirando conclusões extra-discursivas sem os devidos cuidados metodológicos, mas chamar atenção para o fato de que “os jornais se constituem numa fonte importante para compreendermos as repercussões das atitudes de protesto dos escravos”, no entanto “requerem certos cuidados por tratar-se de empresas organizadas com o objetivo de expressar os interesses e a visão de mundo dos grupos dominantes” (QUEIROZ, 2008: 36-37). Em outras palavras, percebemos que as supostas fugas dos escravos podem servir a diferentes finalidades por parte da imprensa, não sendo adequado privilegiar uma destas versões em detrimento da outra, mas sim tentar compreendê-las a partir dos diferentes interesses envolvidos na questão.

Entretanto, cabe observar que não é apenas entre dois jornais que é possível notar divergências. No próprio *Jornal do Commercio*, no dia 17 de dezembro de 1887, ou seja, dois dias após a publicação do editorial do *Novidades*, foi publicado, na seção “Publicações a Pedido”, um artigo do *Liberal Paulista*, em que é possível perceber esta divergência de informações, colocando em questão a própria veracidade das informações acerca das revoltas de escravos.

O artigo chama a atenção para o fato de que

(...) Ninguém pôde ter já esquecido o *unico plano* politico que o Sr. Antonio Prado, quando dependia das urnas, executava nas suas eleições, incluindo aquella que o fez, ainda recentemente, senador. As suas batalhas eleitoraes coincidião sempre com imaginarias revoltas de escravos. Taes sublevações erão um pretexto para que S. Ex., a sua gente e a sua imprensa ostentassem um zelo desusado pelo interesse dos fazendeiros em perigo. Nessas occasiões, os artigos de effeito do *Correio Paulistano* trazião o titulo espetaculoso de *Prisões de escravos*. Não havia então excessos que a folha do senador Antonio Prado não procurasse justificar com imperturbavel sangue frio (O SENADOR Prado e a emancipação, 17/12/1887: 4).

Estes artigos permitem que chamemos a atenção para o risco de se estabelecer uma “identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa” (LUCA, 2006:139). Em outras palavras, estes artigos são indícios do quanto seria

equivocado, em termos metodológicos, nos limitarmos a registrar a ocorrência das revoltas de escravos, sem fazermos uma análise mais cuidadosa do papel desempenhado pela imprensa nos processos históricos no qual está inserida,<sup>10</sup> pois correríamos o risco de utilizá-la meramente como um veículo imparcial de transmissão de informações a serem transformadas em teses historiográficas.<sup>11</sup> Desse modo, percebemos que é preciso estar atentos para que o conhecimento histórico que produzimos não reproduza apenas uma versão acerca do objeto estudado, ao tomar os artigos publicados em um determinado jornal como um texto meramente informativo. A nosso ver, devemos tentar apreender os múltiplos discursos acerca do mesmo objeto, bem como o conflito de interesses nos quais se inserem, tendo em vista a dimensão política dos discursos veiculados na imprensa.

### **Práticas da imprensa no século XIX: esboço de uma metodologia**

Após este percurso pelas representações e discursos veiculados pela imprensa, já é possível observar que a utilização desta fonte para a produção do conhecimento histórico requer inúmeros cuidados metodológicos. Tendo isso em vista, consideramos pertinente compartilhar alguns procedimentos metodológicos que adquirimos através de leituras e de nossa experiência de pesquisa. Obviamente, estas propostas não devem ser encaradas como um modelo rígido, mas como sugestões que podem contribuir no desenvolvimento de uma pesquisa em que se utilizam jornais como fontes.

Pois bem, primeiramente esperamos que tenha sido possível perceber que a análise de apenas um jornal em uma pesquisa pode levar-nos a resultados limitados e a interpretações arriscadas. Ou seja, a utilização de dois ou mais jornais, de preferência com diferentes posições políticas, pode evitar que corramos o risco de endossarmos apenas uma das versões dos acontecimentos, sem nos atentarmos para a dimensão política da mesma.

Quando conhecemos o posicionamento político do jornal, torna-se mais fácil perceber que a finalidade de determinado artigo veiculado não é apenas informar os leitores. Através das representações e discursos construídos, os redatores aproveitam para participar ativamente do diálogo social, seja procurando desqualificar medidas tomadas pelos adversários ou tentando legitimar seu próprio ponto de vista e suas posições políticas.

---

<sup>10</sup> Como já mencionamos anteriormente, a imprensa, que até bem pouco tempo era vista como meio de difusão dos fatos e da verdade, passou, nas últimas décadas do século XX, a ser considerada também como agente que intervém nos processos históricos. Ver a apresentação do seguinte livro: (NEVES; MOREL & FERREIRA, 2006).

<sup>11</sup> Referimo-nos aqui ao risco de uma integração entre o discurso produzido na época e o conhecimento histórico, numa espécie de “diálogo convergente”. Sobre esta questão ver: (JANOTTI, 1998: 121).

Sendo assim, é interessante termos claro as estratégias das quais os jornais se utilizam para serem eficientes em seus propósitos. Observamos, por exemplo, que havia certa prática da imprensa na construção de seus discursos e representações. Era comum acontecer de um tema ser tratado em diferentes seções de um mesmo número de jornal. Havia também outra prática que era recorrente, a qual consistia em citações ou transcrições de artigos, ou seja, modos de apropriações e articulações entre dois ou mais periódicos. Sendo assim, é importante atentar-se para este fato, pois tanto aquela interligação de seções quanto esta articulação entre os jornais podia cumprir a função de reforçar um argumento perante a opinião pública, no intuito de legitimar uma crítica ao governo, a tomada de medida etc..

Desta maneira, podemos observar o programa proposto pelo periódico – geralmente aparece no primeiro número do jornal, na seção editorial – e sua coerência ou ausência da mesma. A idéia é compreender se há correspondência entre teoria e prática, ou seja, se os materiais veiculados são fiéis ao programa do jornal ou se o periódico não possui uma proposta estável, oscilando por diversas concepções. Um indício interessante da fidelidade do redator e/ou proprietário para com seu programa pode vir no cabeçalho ou em forma de aviso, que os mesmos deixam esclarecendo que não aceitam artigos que rompam com o programa da folha.

Entretanto, vale ressaltar que situações como a mencionada tratam-se de indícios, por isso cabe ao pesquisador analisar com minúcia todo o periódico, para depois interpretar se o aviso publicado procede. Este tipo de análise é fundamental para que não se incorra no erro de “comprar” a idéia do jornal, já que é esse o objetivo dos veículos de comunicação. Por isso, o estudioso da imprensa deve ter sempre o olhar crítico – mas tomando os devidos cuidados para não cair no ceticismo.

Outra questão importante, que também mantém relação com as concepções defendidas pelo jornal, é analisar as motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa, o destaque conferido, o local, a ênfase em certos temas, as linguagens, aspectos que apresentam indícios do público leitor que pretende atingir, as ligações com diferentes poderes e interesses econômicos. Para tanto, cabe ao pesquisador observar quais assuntos aparecem com mais frequência; em quais seções eles são veiculados – principalmente se aparecem nos editoriais; se o jornal lança mão de outros recursos como imagens, bordas e poemas, para enfatizar e chamar atenção para o tema; se a letra utilizada é do tamanho padrão do jornal ou se aparece em tamanho superior; e em qual localização da página o artigo é veiculado (vale lembrar que no Ocidente, aprendemos a ler

da esquerda para a direita e de cima para baixo, por isso, os materiais de destaque geralmente aparecem no canto superior esquerdo).

Na publicação do dia 9 de maio de 1874, por exemplo, a redatora inseriu uma poesia intitulada *A cruz*, na capa do periódico (*A CRUZ*, 09/05/1874). Podemos observar que o jornal mineiro *O Sexo Feminino* fez questão de destacar a poesia sacra. Alguns elementos presentes nesse número são interessantes para pensarmos quais recursos eram utilizados para destacar determinado material: o texto foi inserido na primeira página; ocupou todo o espaço abaixo do cabeçalho, dando-lhe exclusividade; utilizou-se o poema como recurso alternativo, para tratar de um assunto recorrente no periódico; imprimiu o poema em forma de cruz, que além de chamar atenção, revela muito do conteúdo numa pré-leitura; utilizou bordas, para destacar ainda mais o poema veiculado; utilizou letras maiores, em negrito e diversificadas etc.

Esses recursos de destaque, além de enfatizar alguma concepção do periódico, pode nos revelar também o público alvo do impresso, já que a idéia é justamente atrair o leitor. Tal fato, nos remete a outra questão metodológica: a relação entre periódico e público leitor. Para que o pesquisador tente perceber essa imbricada relação, exclusivamente através dos impressos, vale atentar para a tiragem; preço da assinatura e do número avulso; local de publicação; espaço de circulação; nome do proprietário, redatores, assinantes e colaboradores (tentar observar em quais outros jornais colaborava e se suas idéias eram permanentes ou variáveis de acordo com a tendência do impresso); pronomes (plural, singular, feminino, masculino) e formas verbais utilizadas em cada seção e/ou artigo; idiomas utilizados.

A nosso ver, traçar a relação entre jornal e público leitor é uma das tarefas mais delicadas, ou até mesmo, a mais difícil para os estudiosos da imprensa, já que nem sempre a fonte nos dá a abertura suficiente para enveredarmos por esses caminhos. Por esse motivo, é preciso atentar-se aos detalhes mencionados anteriormente e focar a atenção aos pequenos avisos, que por vezes aparecem no início ou no fim do jornal, e às assinaturas dos artigos. Vale lembrar que alguns impressos trazem seções como “Publicações a Pedido”, que exprime o pensamento desse público, muitas vezes difícil de decifrar.

Outra questão relevante – que inclusive pode auxiliar no trabalho com o público leitor – é tentar traçar um panorama dos grupos e indivíduos, com o intuito de mapear as figuras que participaram das discussões impressas e, se possível, elaborar biografias que revelem um pouco do pensamento, da vida profissional e cotidiana dessas pessoas. Para construir esse panorama, o pesquisador pode começar a elaborar uma tabela ou esquema com os

nomes das pessoas que assinam os artigos. Posteriormente, pode-se complementar a tabela, através de informações contidas nos artigos, notícias, avisos etc. Se necessário, vale recorrer a coletâneas de biografias já produzidas ou a outras fontes disponíveis do período, para aprimorar as informações retiradas dos impressos – inclusive fontes que o próprio jornal menciona, como atas da assembléia legislativa e livros publicados pelos próprios personagens.

Por fim (mas não por ser menos importante), sugerimos aos estudiosos que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa observar os elementos que envolvem a materialidade do jornal, como a periodicidade; tempo de circulação; diagramação; número de páginas; presença ou não de imagens e anúncios; dimensão e qualidade do papel; tamanho da letra impressa; títulos e frequência das seções; endereço e nome da tipografia; frase utilizada como epígrafe. Também é importante analisar quais formas textuais os impressos utilizam para expressar suas idéias (artigos, poesias, pensamentos, imagens, partituras, letras de música).

Ao buscar esses elementos, vale enfatizar a importância dos cabeçalhos. Através da leitura cuidadosa do cabeçalho descobrimos parte significativa dos elementos que envolvem a materialidade do jornal. No caso do jornal *O Sexo Feminino*, temos informações: da data da primeira publicação do periódico: 7 de setembro de 1873; da cidade em que era publicado: Cidade da Campanha; do título: O Sexo Feminino; do sub-título: Semanário dedicado aos interesses da mulher; dos preços das assinaturas anuais e semestrais: 5\$000 e 2\$500, respectivamente; da periodicidade: publicado uma vez por semana; da frase utilizada como epígrafe: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem” (Aimé Martin); de uma observação: que as correspondências enviadas ao jornal devem ser dirigidas à D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz; do nome da proprietária e redatora: D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz; além da existência de outras colaboradoras no impresso e da diagramação utilizada.

Outra informação importante para o estudo da materialidade está presente, geralmente, na parte inferior direita da última página do jornal. Nesse local, encontramos o nome e local da tipografia onde é impresso o jornal. Aparentemente essa informação pode parecer irrelevante, mas uma pesquisa sobre a tipografia pode revelar e explicar muitos aspectos do impresso, como sua diagramação; a presença ou ausência de imagens; a qualidade das imagens; o tipo de papel utilizado; a dimensão do papel; etc. Afinal, muitos dos aspectos mencionados estão relacionados à tecnologia e recursos que a tipografia possui. É importante observar que a tipografia pode revelar algo ainda mais interessante. No

---

caso específico do jornal *O Sexo Feminino*, a Typografia do Monarchista pertencia ao marido da redatora. Esse fato revela o quão interessante se torna esse tipo de estudo, o qual nos sugere inúmeras questões que estapulam a materialidade, como: será que o jornal *O Sexo Feminino* teria existido caso o marido de Francisca não fosse dono de tipografia (vale lembra que a maioria das mulheres não tinham renda própria, que eram discriminadas no espaço público/imprensa e que muitos jornais não tinham financiamento do governo ou patrocinadores)?

Em suma, acreditamos ser possível perceber que não basta nos atermos a registrar as informações transmitidas pela imprensa, supostamente narradas de forma imparcial. Fazer tal utilização dos jornais seria certamente “comprar” a sua suposta neutralidade diante dos acontecimentos. Conforme nos familiarizamos com esta fonte, percebemos o quão equivocado seria este uso, pois consiste em negligenciar o próprio papel da imprensa como agente histórico, intervindo, através das suas representações e dos seus discursos, nos próprios processos históricos que supostamente narra de forma imparcial.

Nosso foco neste artigo foi a prática da imprensa nas últimas décadas do século XIX, ou seja, as estratégias das quais se utilizavam para se tornarem mais eficientes enquanto agente ativo no diálogo social. Tendo isso em vista, tivemos como objetivo chamar atenção para alguns cuidados metodológicos que se deve ter quando se vai fazer uso de periódicos na produção do conhecimento histórico. Em outras palavras, nossa principal intenção - mais que termos a pretensão de propor modelos e esquemas a serem reproduzidos por outros pesquisadores – foi a de compartilhar alguns procedimentos metodológicos que consideramos necessários e que esperamos que possam contribuir, de alguma forma, para o desenvolvimento de pesquisas que utilizem fontes desta natureza.

## Fontes

### Periódicos do acervo da Fundação Biblioteca Nacional

- *A Província de São Paulo*
- *Jornal do Commercio*
- *O Sexo Feminino*: Semanário dedicado aos interesses da mulher.
- *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*: periódico quinzenal, litterario, recreativo e noticioso especialmente dedicado aos interesses da mulher.

### Referência completa dos artigos dos periódicos citados

A CRUZ. *O Sexo Feminino*, Campanha, 09/05/1874. p.1.

A FUGA de escravos e o governo. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 30/11/1887, Secção Livre, p.2.

DINIZ, Francisca da Motta. Escola Domestica Marianna da Fonseca: Associação para a educação de meninas. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 06/12/1890. p.3.

D.P. A educação da mulher. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 23/01/1876, seção Questões Sociaes, p.1-2.

JORDÃO, E. O collegio para meninas em São Paulo. *A Província de São Paulo*, 21/05/1876. Questões Sociaes, p.1.

LEITE, Palmyra Cerqueira. A educação da mulher – I. *A Província de São Paulo*, 27/01/1876. Questões Sociaes, p.1.

LEVAM mau rumo.... *A Província de São Paulo*, São Paulo, 13/12/1887, seção A Província de São Paulo, p. 1.

O SENADOR Prado e a emancipação. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17/12/1887, seção Publicações a Pedido, p. 4.

OS ABOLICIONISTAS e Jacarehy. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 06/12/1887, seção A Província de São Paulo, p. 1.

PROVINCIA de S. Paulo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/12/1887, seção Gazetilha, p. 2.

S. PAULO, 14 de Dezembro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/12/1887, seção Telegrammas, p.2.

SUBLEVAÇÃO de escravos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/12/1887, seção Publicações a Pedido, p. 4.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Fernanda Aline de Almeida. *Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no século XIX (1873/1890)*. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, em 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. Trad. De Aurora Fornoni Bernadini e outros. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

REPRESENTAÇÕES E COMBATES DISCURSIVOS: práticas da imprensa nas décadas finais do século XIX –  
por Bárbara Figueiredo Souto e Roger Aníbal Lambert da Silva

---

BELLINE, Maria Helena Cizotto. *Júlia Lopes de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho: vozes femininas? Via Atlântica*, São Paulo, nº 2, julho, 1999.

BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. In: ANDRADE, Fernanda Aline de Almeida. *Op. cit.*

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Periódicos Legislativos da Primeira República, 1900-1902. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1698&li=25&lcab=1900-902&lf=25](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1698&li=25&lcab=1900-902&lf=25). Acessado em março de 2009.

CARVALHO, Maria Vaz de. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Apud: Biblioteca Digital do Alentejo. Disponível em: [http://www.bdalentejo.net/conteudo\\_a.php?id=106](http://www.bdalentejo.net/conteudo_a.php?id=106). Acessado em: 16 de março de 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COUTO, Amélia Carolina da Silva Couto. *Mulher 500 anos por trás dos panos*. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=95>. Acessado em julho de 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminina. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli (Org). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG; Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

FERREIRA, Antonio Celso. Para ler nos Caminhos do Ferro: O *Almanach Litterario de São Paulo* (1876-1885). *Patrimônio e Memória*, UNESP, FCLAS, CEDAP. São Paulo, v.2, n.1, 2006. p.5. Disponível em: [http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimonio\\_e\\_memoria\\_v2.n1/antonio%20celso%20ferreira.pdf](http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v2.n1/antonio%20celso%20ferreira.pdf). Acessado em: 16 de março de 2009.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas* (1850-1937). São Paulo: brasiliense, 1981.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.



REPRESENTAÇÕES E COMBATES DISCURSIVOS: práticas da imprensa nas décadas finais do século XIX –  
por Bárbara Figueiredo Souto e Roger Aníbal Lambert da Silva

---

MATOS, Maria Izilda Santos de, ALVES, Gisele. As mulheres: educação e progresso, São Paulo 1850-1900. *Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura*, São Paulo, ano 3-4, n. 3-4, 2003/2004. p. 152. Disponível em: [http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Revista\\_Arte\\_Historia\\_Cultura/Revista\\_20Mack.20Arte\\_20maria\\_20izilda\\_20santos\\_2018.pdf](http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Revista_Arte_Historia_Cultura/Revista_20Mack.20Arte_20maria_20izilda_20santos_2018.pdf). Acessado em julho de 2009.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos pagu*. Campinas, julho-dezembro, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Edusp, 1994.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da Senzala à República: Tensões Sociais e Disputas Partidárias em São Paulo (1869-1889)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Escravidão, crime e poder: a “rebeldia negra” e o processo político da abolição*, *Revista de História Regional*, 13(2): Inverno, 2008.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Feminismo tipográfico, identidades e representações: a mulher na imprensa de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Monografia de conclusão de bacharelado em História, defendido na Universidade Federal de Viçosa, 2009.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *O Reverendo José Ozias Gonçalves por sua esposa Nephalia de Cerqueira Leite Gonçalves*. Disponível em: <http://www.georgezarur.com.br/pagina.php/62>. Acesso em julho de 2009.

**Recebido em: 31/03/2012**

**Aprovado em: 02/05/2012**